

O PLANO DE RENE GOCIACÃO

**A proposta do Brasil é refinar
US\$ 70 bilhões por 16 anos e converter os
juros vencidos em investimentos**

Os credores do Brasil ainda esperam que o País aceite um compromisso pelo qual a nova reforma econômica, em estudos no Ministério da Fazenda, tenha por base a receita do FMI. Em troca, eles se propõem a fornecer novos empréstimos e refinar as dívidas vencidas e por vencer, ainda que não haja um acordo formal com o Fundo. Nas condições políticas atuais, os credores sabem que o Brasil não aceitará novas imposições do FMI que impliquem a recessão.

Enviado pelo ministro Dilson Funaro para preparar o terreno às negociações que terá com os banqueiros a partir do final da semana, o coordenador da dívida brasileira, Antonio de Pádua Seixas, já apresentou extra-oficialmente aos credores a pro-

posta de refinanciamento da dívida. Segundo a agência noticiosa *France-Press*, os pontos básicos dessa proposta seriam: reprogramação dos US\$ 70 bilhões que o País deve aos bancos privados por um prazo de 16 anos, com mais sete de carência; conversão dos juros já vencidos em investimentos diretos *spread* mais baixo que o concedido ao México (0,89%); e um novo empréstimo, no valor de US\$ 2,3 a 3 bilhões.

Se os bancos aprovarem essa proposta — que provavelmente será oficializada por Funaro em sua visita — seria a primeira vez que os credores aceitariam refinar a dívida de um país importante sem exigir o aval do Fundo. Diante do impasse atual —

em que a demora para se chegar a uma solução só prejudica as duas partes, tanto o Brasil como os bancos — especialistas acreditam que um acordo desse tipo é bem provável. "Se o Brasil adotasse programas semelhantes aos elaborados pelo FMI, nem seria preciso um acordo formal com o Fundo", comentou um importante banqueiro do meio-oeste americano, citado por Eric Berg, do *The New York Times*.

A diferença entre as duas propostas é sutil. De um lado, os credores sabem que o governo brasileiro não pode se submeter a imposições do FMI — e isso tem que ficar bem claro para a opinião pública do País. De outro, porém, sabem que de nada adianta conceder novos empréstimos se o gover-

no não mudar sua política econômica — provavelmente haveria uma nova moratória no futuro. "Funaro e Sarney estariam no olho da rua no dia seguinte, se aceitassem um programa do FMI", disse Juan Carlos Weiss, analista de assuntos brasileiros da Multinational Strategies, empresa de consultoria de Nova York.

Ele prevê que um acordo surja dentro de no máximo 90 dias, mas funcionários de bancos regionais americanos, citados pelo *N.Y. Times*, lembram que isso depende fundamentalmente de como as autoridades brasileiras apresentem a solução à população. Se o governo conseguir dar a impressão de que está defendendo as necessidades do

País, e não simplesmente seguindo as regras do Fundo, a estratégia pode dar certo, dizem esses banqueiros.

Esses bancos regionais não fazem parte do grupo de 14 que formam o comitê de assessoramento da dívida brasileira, mas muitos especialistas acham que nem os grandes bancos estão em condições de resistir a um acordo, porque necessitam dos pagamentos brasileiros para poderem continuar apresentando lucros em seus balanços. Além disso, a implantação de um programa ortodoxo do FMI no Brasil levaria alguns meses, e os principais bancos não podem esperar tanto tempo com seus rendimentos sendo reduzidos.

Dívida: conversão?

A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil está ultimando negociações junto a bancos credores estrangeiros sobre a possibilidade de conversão de parte da dívida externa brasileira em investimentos de risco no País, informou o vice-presidente da Área Internacional do BB, Adroaldo Moura da Silva.

O governo está estudando com seriedade a possibilidade de uma conversão da dívida externa ser dirigida a aplicações no mercado acionário, através do sistema de carteiras de títulos administradas por instituições intermediadoras gabaritadas para esse tipo de prática operacional — disse. Com base nesse interesse, informou ter mantido contatos com alguns bancos estrangeiros para colocar em execução a idéia.

Moura da Silva disse que a regulamentação permitindo a conversão da dívida em investimentos em ações de empresas brasileiras deverá ocorrer o mais breve possível, devido a decisão do governo com relação ao tratamento que dará para o cumprimento dos seus compromissos financeiros externos. Acrescentou que a prática de conversão da dívida vem sendo aplicada há algum tempo, tendo atingido algo em torno de US\$ 2 bilhões no período de 1984/86, envolvendo empréstimos para projetos específicos.

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Octavio da Motta Veiga, considerou o momento pouco oportuno para uma aprovação imediata dos projetos governamentais que regulamentarão a participação de investidores estrangeiros em ações de empresas brasileiras.

Na sua opinião, projetos regulamentando o Fundo Brasil ou carteiras administradas de ações deverão esperar prazo que pode variar de 30 a 90 dias. Acrescentou, porém, que existe todo um quadro favorável para colocação em prática da conversão dos juros da dívida em investimentos diretos no Brasil.

CNI apóia moratória

"Uma decisão inadiável, e justa, nos limites do exercício da soberania nacional." É como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encarou a suspensão dos pagamentos, em dólar, dos juros da dívida externa, em nota que distribuiu ontem, assinada pelo presidente da entidade, senador Albano Franco.

A CNI considera que a medida evitará a recessão e preservará "as condições internas de estabilidade social e política do País". Assim como o presidente José Sarney, a CNI também considera que o serviço da dívida deve ser pago com os frutos do crescimento e não com a fome do povo. E acrescenta que a entidade sempre se opôs à política de recessão, "repudiando as práticas irresponsáveis dos que, comprometidos com os interesses externos e surdos aos autênticos interesses da Nação, advogam abertamente, de novo, a alternativa recessionista".

Aliás, a entidade afirma que "a Nação não suportará uma nova onda de desemprego, que viria inelutavelmente associada à baixa da atividade produtiva caso se insistisse no roteiro ortodoxo de gerar, a qualquer custo, superávits comerciais para cobrir todo o serviço da dívida".

"Para a CNI, a expressão prática do compromisso com o crescimento, relacionado ao quadro externo, é a garantia do fluxo de importações de matérias-primas, insumos e equipamentos essenciais à manutenção do ritmo de expansão da atividade produtiva. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em pronunciamento perante todos os presidentes de federações da indústria, reunidos por iniciativa da CNI no último 19 de fevereiro, assegurou que esse era o propósito da suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida".

No final da sua nota, que foi distribuída com o título "Compromisso com o crescimento", a Confederação afirma que a crise que o País atravessa somente poderá ser superada com trabalho. Frisa, ainda, quem "sem clima cooperativo, entre as classes sociais e o próprio governo, a estabilidade social e política estará comprometida, num momento de vital importância no processo de transição democrática e de reconstrução institucional".

Gasolina não sobe já

Não há tempo para que o governo decida sobre o aumento dos derivados do petróleo ainda esta semana e o reajuste deverá ficar para depois do Carnaval, segundo informou uma fonte do Ministério da Fazenda, ao contrário do que admitiu ontem o presidente do Conselho Nacional do Petróleo, general Roberto França Domingues.

Os estudos preliminares que a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços deve fazer ainda não estão prontos, segundo a fonte, e precisam ser realizados em conjunto com o setor elétrico, porque alguns derivados podem ser substituídos pela energia elétrica, como é o caso do óleo combustível para indústrias.

Outras fontes do Ministério da Fazenda já tinham adiantado, além disso, que o governo está preocupado com a repercussão inflacionária de um aumento dos combustíveis agora, logo em seguida ao realinhamento geral de preços. A Petrobrás é a maior interessada na rapidez, porque passou a ter prejuízo depois do aumento do produto no mercado internacional, reivindicando um aumento de 30% na sua cota do preço dos combustíveis, o que não quer dizer que os preços finais serão reajustados nesse percentual. Segundo os assessores do Ministério da Fazenda, os diferentes derivados deverão ter reajustes diferentes, de forma a reduzir ao mínimo o imposto sobre a inflação.

Baker crê em solução negociada, entre o Brasil e seus credores.

O presidente da Junta da Reserva Federal (o banco central norte-americano), Paul Volcker, disse ontem que a decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa poderia ter "um efeito dominó" sobre os outros países da América Latina, mas o secretário do Tesouro, James Baker, insistiu em que o assunto será resolvido mediante negociações entre o Brasil e os bancos credores.

Enquanto o Brasil recebia ontem o apoio da China e da União Soviética, a crise da dívida da América Latina repercutia nos mercados financeiros internacionais, causando um novo enfraquecimento da moeda norte-americana e, ao mesmo tempo, um fortalecimento do ouro. A libra esterlina também cedeu, no mercado de Frankfurt e, em vista do temor de que os países do Terceiro Mundo sigam o exemplo do Brasil, as ações dos bancos britânicos caíram fortemente na Bolsa de Londres.

Volcker disse, ainda, que não havia dúvidas de que o problema da dívida externa "entrará numa nova fase". A etapa anterior se havia caracterizado pela busca de acordos, como o que foi feito com o México, envolvendo adiantamentos das parcelas e pagamentos a taxas reduzidas de juros. A nova etapa indicada por Volcker implicaria o não-pagamento, até que se chegue a fórmulas de longo alcance com os países devedores, cujas enormes transferências de recursos têm causado sérias tensões sociais internas.

Backer enfrentou ontem por duas vezes uma comissão de investigação sentorial, respondendo sobre a situação brasileira e sobre um pedido do governo para aumentar a provisão de fundos do Banco Mundial e de outras agências que oferecem empréstimos ao Brasil. O secretário do Tesouro disse que a decisão do Brasil não deve ser vista como um sinal a outros países para que sigam o

mesmo caminho, mas advertiu que, se os credores não chegarem a um acordo sobre a dívida brasileira, isso teria um efeito prejudicial sobre a situação dos próprios bancos americanos.

Tanto Backer quanto o presidente da Junta procuraram ontem, em separado, diminuir o impacto da decisão brasileira. Volcker disse, na Comissão de Orçamento do Senado, que esperava que o Brasil apresentasse seu plano:

— É claro que o Brasil vai precisar de novos financiamentos, mas isso tem de ser feito com base num novo programa econômico — afirmou Volcker. "Cabe ao Brasil desenvolver um programa econômico saudável. Está dentro dos seus interesses", acrescentou, depois de alertar para que os bancos "não se deixem vencer pelo pânico".

— O comunicado não dizia que não pagariam, mas que as reservas estavam baixas e agora não podem pagar — argumentou. Volcker opina que o Brasil é suficientemente forte para pagar o serviço da dívida: "A economia brasileira é de uma força e poder de recuperação notáveis e não há razão aparente para que não possa crescer e gerar os superávits necessários para pagar o serviço da dívida", comentou.

Ao dar ontem seu apoio à moratória decretada pelo Brasil, a União Soviética propôs a convocação, já, de uma reunião internacional, com a participação de devedores e credores, para discutir tudo o que afeta as relações econômicas internacionais. Segundo um comentarista da agência *Novosti*, o total da dívida externa brasileira converteu o país num importante centro de impacto das relações internacionais.

O apoio da China foi manifestado por um porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, para quem o problema da dívida deve ser resolvido com o desenvolvimento econômico, dentro dos princípios do grupo de Cartagena.

A INDIGNAÇÃO

É dos credores contra o congelamento de créditos de curto prazo. Eles exigem explicações.

O principal negociador da dívida externa brasileira, Antonio de Pádua Seixas, teve que dar muitas explicações ontem aos representantes dos credores, não apenas sobre a decretação da moratória mas principalmente sobre o congelamento dos juros sobre os créditos de curto prazo, determinado pelo Banco Central. A reação à medida foi negativa, segundo confirmaram inclusive fontes bancárias ouvidas em São Paulo, principalmente por parte dos bancos europeus.

O entendimento básico é de que o Brasil precisará passar pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, e pelo presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, para negociar com os bancos a moratória. Mas acredita-se pouco provável que Volcker e Baker dispensem algum sistema de consultas com o FMI, ainda que o Brasil não venha a entrar normalmente num sistema de monitoramento.

Dois versões foram mais comentadas ontem:

1. Os bancos norte-americanos evitarão qualquer conflito até março. Como suas operações são por 30 dias, só a partir de abril adotariam qualquer providência — como a denúncia de contratos e a tentativa de recuperar os depósitos feitos em agências de bancos brasileiros. E, ainda nessa hipótese, transfeririam os problemas para mais tarde. O mais tarde é o meio do ano, de tal sorte que somente no início do segundo semestre seriam obrigados, em caso de rompimento, a lançar os débitos não honrados em

default, isto é, como créditos em liquidação, já que a legislação norte-americana dá o prazo de 90 dias para esse lançamento.

2. Qualquer retaliação será lenta, sem lances mais agressivos.

Além disso, os bancos norte-americanos receberam extremamente mal a circular, determinando aos bancos brasileiros que depositem no Banco Central os recursos que os bancos estrangeiros pretendam sacar das linhas de curto prazo no Exterior. A decisão, adotada pelo Brasil dois dias úteis após o anúncio de moratória, foi interpretada como rápida mudança nas regras iniciais que o próprio País fixara.

Processos

Em Washington, fontes financeiras informaram ao jornal brasileiro *Gazeta Mercantil* que alguns bancos pretendem recorrer à Justiça americana contra a decisão. "O Brasil será alvo de uma série de ações judiciais", disse um dos banqueiros a Seixas, definindo a medida como uma "punhalada pelas costas", já que no telex enviado sexta-feira, quando anunciou a moratória, o ministro Funaro havia prometido que não haveria mudanças nas linhas de curto prazo.

A explicação de Seixas teria sido de que, depois de decretada a moratória, em apenas dois dias os correntistas americanos sacaram dezenas de milhões de dólares das agências de bancos brasileiros. Mesmo diante desse argumento, os banqueiros consideraram que não havia necessidade de cen-

tralizar os créditos no BC. E ameaçam com as leis dos EUA, que sempre favorecem a não-intervenção dos governos nas relações interbancárias.

Oficialmente, nenhum banco se manifesta sobre a medida, na expectativa de que o ministro Funaro, ao desembarcar em Washington neste fim de semana, esclareça melhor as coisas. Mas o Bank of America, por exemplo, segundo maior dos EUA e terceiro principal credor privado do Brasil, divulgou ontem em San Francisco, onde fica a sua sede, que já está sofrendo prejuízos com a moratória. Segundo fontes do banco, as perdas situam-se entre US\$ 35 e 40 milhões por trimestre, e já estão irritando os acionistas. O Bank of America é credor de US\$ 2,7 bilhões do Brasil, superado apenas pelo Chase Manhattan, com US\$ 2,8 bilhões, e pelo Citibank, com US\$ 4,7 bilhões.

Surpresa

Mesmo com todas essas dificuldades, porém, banqueiros ouvidos ontem extra-oficialmente por *Marizeta Augelli*, do *JT*, em Washington, disseram que um acordo é possível, desde que o governo brasileiro se torne mais receptivo a fórmulas como as sugeridas pelo FMI para esses casos. "As autoridades brasileiras vão ter uma surpresa se procurarem o Fundo", disse um deles. "O novo diretor do FMI, Michel Camdessus, tem a mente mais aberta e é muito mais simpático aos problemas do Terceiro Mundo do que seu antecessor."

Reunião Brasil-Peru. Uma frente de devedores?

Para abordar a dívida da América Latina que totaliza US\$ 382 bilhões, o presidente José Sarney se reunirá com seu colega peruano Alan García em data a ser ainda fixada — mas que precederá a reunião planejada pelo Acordo de Cartagena, informou ontem em Lima o chanceler Allan Wagner.

Quando se reunir, o grupo de Cartagena relançará a reivindicação de García, para que se amortize a dívida externa apenas com 10% da receita das exportações. Para o presidente peruano, que chamou de "transcendental" a minimoratória brasileira, vai-se formando pouco a pouco uma "frente de devedores" na América Latina, pois todos os países adotam atitudes semelhantes à do Brasil.

Nesse sentido o Equador emergiu durante as últimas semanas como o precursor da "indisciplinada" generalizada dos países em débito junto a bancos internacionais, disseram analistas econômicos consultados em Guaiquil pela *AFP*. Tal postura, baseada na decisão de interromper o pagamento dos juros e reduzi-lo com base nas disponibilidades reais do país, teria exercido influência sobre as autoridades brasileiras, tanto assim que um influente jornal equatoriano deu ontem em manchete: "Brasil imita o Equador".

Mas por enquanto apenas o Brasil, Peru, República Dominicana e Equador tentam adotar regras próprias no jogo com os credores. No restante da América Latina, o que se observa é a torcida para que o êxito do Brasil resulte em benefícios para os demais.

O México, que deve US\$ 100 bilhões, limita-se a adotar uma linguagem agressiva: disse que quer "providências definitivas e concretas" para conseguir dinheiro novo do Exterior.

O Uruguai, com uma dívida externa de US\$ 5 bilhões, "acompanha com grande expectativa o resultado das negociações" entre o governo brasileiro e seus credores, disse o chanceler Henrique Iglesias. Esclareceu que o Uruguai negociou "muito bem" sua dívida, programando pagamentos até 1989 dentro de margens de desembolso que lhe permitam crescer.

Atitude semelhante se observa na Colômbia, cujo secretário econômico da presidência, Enrique Peñalosa Londoño, garantiu: "Nossa situação é diferente da do Brasil, e vamos continuar pagando a dívida de modo exemplar..."

Nesse quadro, destoa a atitude da Re-

pública Dominicana: o governador de seu Banco Central, Luís Julián Perez, anunciou que este ano o país pagou apenas 30% dos juros incidentes sobre sua dívida, a exemplo do que fez no último trimestre de 1986.

Não fugir às regras do jogo é a atitude aparente do Chile. Fontes oficiais disseram que o país manterá a fórmula tradicional de aumento das exportações para pagar o serviço de sua dívida que no final de 86 totalizava US\$ 19,352 bilhões. Mas conseguiu, negociando, reduzir as taxas de juros e um novo calendário de pagamentos: uma vez por ano e não a cada semestre.

Na Bolívia, o que o governo espera são "novos créditos externos destinados ao fomento" da economia, enquanto garante que honrará todos os compromissos de sua dívida.

Quaisquer que sejam as futuras atitudes, os governos da América Latina precisam lembrar que os países do continente desembolsam um total de US\$ 30 bilhões todo ano para atender aos compromissos da dívida de US\$ 380 bilhões, advertiu para a *Ansa* em Caracas o economista Miguel Rodríguez, assessor do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela).

A campanha da CUT

"Não fizemos, não devemos, não podemos pagar essa dívida." Com esse slogan estampado em *out-doors* por todo o Estado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pretende iniciar a campanha salarial dos metalúrgicos discutindo o tema da dívida externa. Segundo o raciocínio destes sindicalistas, não basta dizer ao operário que ele deve se organizar para conseguir aumentos reais. É preciso "atacar o mal pela raiz", conscientizando o trabalhador sobre a origem do arrocho salarial que começa a enfrentar.

Durante as duas semanas que antecedem a data-base da categoria — 1º de abril — os *out-doors* cederão o espaço para propaganda da questão econômica: com o slogan "Não dá mais pra segurar", os metalúrgicos da CUT apresentam à população as reivindicações que chegam ao Grupo 14 da Fiesp amanhã à tarde.

O departamento metalúrgico da CUT é formado por 11 sindicatos, que representam mais de 400 mil profissionais das bases de São Bernardo do Campo, Santo André, Campinas, Itu, Araraquara, Sorocaba, Limeira, Jundiaí, Piracicaba, São José dos Campos e Matão, além da oposição de São Caetano do Sul. A campanha deste ano foi preparada antes de o governo anunciar a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Antes do pronunciamento do presidente Sarney, 11 mil cópias do cartaz com o slogan da questão da dívida já haviam sido confeccionados e a produção de 1200 *out-doors* já estava programada.

Mas a suspensão do pagamento dos serviços da dívida não muda os planos da CUT, que reivindica uma atitude mais radical da Nova República pelo não-pagamento da dívida. Os cutistas temem que um eventual acordo com o FMI penalize ainda mais a classe trabalhadora. Para Durval de Carvalho, secretário-geral do departamento metalúrgico da CUT e presidente do sindicato de Campinas, "é importante lançar a campanha com problemas que afligem toda a classe trabalhadora".

As principais reivindicações ao grupo 14 da Fiesp são aumento real e recuperação das perdas — cujo índice está ainda em estudos pelo Dieese —, escala móvel mensal; férias em dobro; estabilidade no emprego; jornada de 40 horas semanais; e piso salarial unificado. Os metalúrgicos da CUT querem ainda abono de emergência equivalente a 477 horas — que representa 46% de aumento — para recompor uma defasagem relativa ao período entre o disparo do gatilho da escala móvel e a data do recebimento dos salários.

A decisão de estabelecer dois alvos nesta campanha salarial — governo e empresário — é justificada por Durval Carvalho: "Não podemos mais desenvolver negociações só com os empresários". Segundo o sindicalista, o governo hoje "é uma espécie de irmão gêmeo da classe empresarial". E reclama: "Cada vez que os metalúrgicos da CUT ou outras categorias se mobilizam, o governo dá suporte aos empresários".

Inflação em queda

O grande salto da inflação, ocorrido em janeiro último, foi interrompido e a inflação de fevereiro deverá situar-se entre 11 e 12%, segundo previu ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com base nas pesquisas de preços realizadas pela Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para as três primeiras semanas deste mês.

Com essa nova projeção para a inflação de fevereiro, esvaziam-se as expectativas que apontavam uma inflação de até 20% ou mais, disse o ministro. O resultado imediato desse esvaziamento será uma redução significativa das taxas de juros no mercado interno, que vai ocorrer já a partir de hoje, destacou Funaro.

Para o ministro da Fazenda, o esvaziamento das expectativas inflacionárias demonstra que o grande impacto da inflação ocorreu mesmo em janeiro, com uma taxa oficial de 16,82%, devendo o processo reverter-se a partir de agora. Uma vez concluído o realinhamento de preços, o ministro espera que a inflação vá baixar muito, acomodando-se em patamares suportáveis. De acordo com Funaro, o País volta assim a ter uma economia estável e serão retomados os investimentos necessários à manutenção do crescimento econômico.

Custo de vida: 14,37%

O índice do custo de vida em janeiro para o Município de São Paulo ficou em 14,37% para as famílias com rendimentos de uma a três salários mínimos, segundo dados divulgados ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), que a partir daquele mês passa a trabalhar com mais dois índices, englobando as classes de renda de uma a cinco salários, que registraram 14,01%, e as de um a 30, com variação positiva de 13,09%. Segundo explicações dos técnicos do Dieese, os dois últimos índices servem de parâmetro para acompanhar o índice oficial de inflação.

O item que mais pesou na elaboração dos três índices foi Recreação e Fumo, com altas de 46,26% para a faixa de um a três mínimos; 45,7% para os rendimentos entre um e cinco salários; e de 44,8% para as famílias com renda entre um e 30 mínimos, resultantes do aumento dos preços dos cigarros (46,8%) e ingressos de cinema (47,2%). A alimentação subiu, respectivamente, 19,74% para a primeira faixa de renda; 19,61% para a segunda; e 19,18% para a última. E o item Transportes vem em terceiro lugar, com 17,59% para a primeira faixa; 16,73% para a segunda; e 15,2% para a terceira.

O *Jornal da Tarde*, na sua coluna Índices Econômicos, passa a divulgar no item Custo de Vida o índice do Dieese para as classes de renda de uma a três salários mínimos.